

OS FATOS HISTÓRICOS DE 1964 E A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Bonifácio Andrada*

RESUMO

Os fatos históricos de 1964 são ocorrências importantes para compreender o cenário internacional da época e suas repercussões no ocorrido em 1964, no Brasil, considerado um Golpe de Estado por uns e Contragolpe por outros, representando o início de uma revolução não sanguinolenta no país e de alterações profundas na vida política e administrativa. O Brasil vive instantes de vinculações muito fortes com a política internacional, dividida, então, em dois poderosos grupos. De um lado, os Estados Unidos com a sua estrutura democrática e capitalista e, de outro lado, a autocracia ditatorial do Partido Comunista na União Soviética com esforços para implantar o comunismo em todas as nações. Após o final dos episódios bélicos que terminaram em 1945/46, começa a se desenvolver o conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos, decorrente do fato de que ambos temiam o crescimento um do outro. A situação torna-se conflitante após o lançamento da bomba atômica pelos americanos contra o Japão, o que aumenta a desconfiança, sobretudo a insegurança por parte da União Soviética. Esses fatos militares internacionais tinham reflexo em todos os países do mundo e, principalmente, no Brasil, visto que essa área da América do Sul seria fundamental para o avanço comunista.

55

Palavras-chave: 1964. Regime Militar. Regimes democráticos e autoritários.

* - Doutor em Direito Público pela UFMG. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Reitor licenciado da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Professor da Universidade Nacional de Brasília (UNB).

LOS HECHOS HISTÓRICOS DE 1964 Y LA SITUACIÓN INTERNACIONAL

RESUMEN

Los hechos históricos de 1964 son importantes para la comprensión de la escena internacional de la época y su impacto sobre lo ocurrido en 1964, en Brasil, considerado un golpe de Estado por unos y por otros un Contragolpe, representando el comienzo de una revolución sin sangre en el país y profundos cambios en la vida política y administrativa. Brasil vive momentos de fuertes vínculos con la política internacional, ella, dividida por ese entonces en dos grupos de poder. Por un lado, los Estados Unidos, con su estructura democrática y capitalista y por el otro, la autocracia dictatorial del Partido Comunista en la Unión Soviética con sus esfuerzos para implantar el comunismo en todas las naciones. Tras el final de los episodios bélicos que terminaron en 1945 /46, comienza a desarrollarse el conflicto entre la Unión Soviética y los Estados Unidos, debido a que ambos temían el crecimiento del otro. La situación se vuelve conflictiva después de la bomba atómica lanzada por los EE.UU. contra Japón, lo que aumenta la desconfianza y la inseguridad sobre todo por parte de la Unión Soviética. Estos hechos militares internacionales tenían reflejos en todos los países del mundo y especialmente en Brasil, ya que el área de América del Sur sería fundamental para el avance del comunismo.

Palabras clave: *Régimen Militar en 1964. Los regímenes democráticos y autoritarios.*

THE HISTORIC EVENTS OF 1964 IN BRAZIL AND THE INTERNATIONAL CONTEXT

ABSTRACT

The historic events of 1964 are important to understand the current moment of Brazil. There are several conceptualizations and analyses of those occurrences. Many people regard them as a coup d'état and others as an anti-coup that represents the beginning of a revolution without bloodshed in the country as well as a deep modification in the public and administrative sector of the country. Brazil was tied to the international politics that were, at that time, split into two powerful opposed blocs. On one side, USA with a democratic and capitalist structure and, on the other side, the dictatorship of the Communist Party in the Soviet Union trying to implement communism in all nations. After the end of the episodes of World War II in 1945/46 tensions between the Soviet Union and the USA escalated as both countries feared the development of each other. The situation deepened after the American atomic bombing of Japan that led to an increasing suspicion and especially insecurity on the Soviet Union side. This international military situation reflected in all countries of the world mainly in Brazil, as this area in South America was crucial to the communism progress.

57

Keywords: 1964. Military Regime. Democratic and authoritarian regimes.

Os fatos históricos de 1964 são ocorrências de alta importância para compreender o Brasil de nossos dias. É interessante apontar que essas ocorrências têm diversos tipos de conceituações e de análises. Muitos consideram que o ocorrido em 1964 foi um Golpe de Estado, outros o consideram um Contragolpe, que representa o início de uma revolução não sanguinolenta no país e de alterações profundas na nossa vida política e administrativa.

Na realidade, 1964 é o resultado dos fatos, das políticas sociais e econômicas anteriores àquela época. Após a Constituição de 1946, o país vive uma experiência de muita expressão política, quando surgem dois grandes partidos juntamente com outros de menor significação, mas também expressivos, isto é: PSD e UDN, e depois o PTB e o PSP. Estes últimos, de Ademar de Barros e Vargas; e os dois primeiros, frutos dos movimentos que puseram fim à ditadura de Getúlio Vargas em 1945.

O Brasil, como outros países após a Guerra, vive instantes de vinculações muito fortes com a política internacional, dividida em dois poderosos grupos que estendem suas amarras políticas e sociais por todo o planeta. De um lado, os Estados Unidos com a sua estrutura democrática e capitalista e, de outro lado, a autocracia ditatorial do Partido Comunista na União Soviética com os esforços para implantar o comunismo em todas as nações. O interessante é que, durante a guerra, a União Soviética, os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e outros países se unem contra a Alemanha Nazista, mas, após o final dos episódios bélicos que terminaram em 45/46, começa a se desenvolver, em todo o mundo, o conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos, decorrente do fato de que ambos temiam o crescimento um do outro. A situação torna-se bem conflitante após o lançamento da bomba atômica pelos americanos contra o Japão, o que aumenta a desconfiança, sobretudo, a insegurança por parte da União Soviética.

Há um trabalho moderno sobre a história da Guerra Fria, do professor John Lewis Gaddis (2006), que mostra o quanto Stalin ficou profundamente preocupado e atingido com a aplicação daquela arma em um país da Ásia e cuidou, por isso mesmo, de apressar a criação da bomba atômica da União Soviética, o que ele conseguiu depois de algum tempo. No instante em que a União Soviética passa a ter a bomba atômica e os Estados Unidos já a possuía, os dois

países ficam com certa igualdade bélica e, logicamente, desenvolve entre eles um enfrentamento político com riscos de uma guerra que atingiria grande parte do mundo, o que foi demonstrado em vários instantes. As guerras da Ásia, quer na Coreia, quer no Vietnã, tiveram a presença ativa dos instrumentos atômicos, inclusive MacArthur teria usado a bomba atômica para impedir a invasão dos chineses na Coreia.

Esses fatos vão provocar, em todo o mundo, uma grande preocupação, sobretudo, nas elites militares dos países do Ocidente, que acompanhavam de perto o desenrolar do conflito entre as duas poderosas nações. Com a morte de Stalin e, pouco tempo depois, a ascensão ao governo soviético de Nikita Khrushchev, um período muito conflitante passa a existir entre os dois países. É curioso verificar a capacidade de influência do Partido Comunista russo em todo o mundo, por meio dos PCs de cada país, todos unidos pela ideologia do marxismo-leninista e especialmente voltados para uma atuação agressiva contra os regimes democráticos, sobretudo, com críticas muito veementes contra as formas capitalistas de existência das diversas nações do mundo ocidental. A ação de Khrushchev é tão eficiente que ele consegue, sem que os americanos percebam, levar para Cuba mísseis capazes de atingir os Estados Unidos, provocando, no presidente americano Kennedy, uma preocupação enorme, principalmente uma surpresa, visto que revelou a fraqueza dos instrumentos de investigação, de atuação, de espionagem e de monitoramento dos avanços dos adversários. Os mísseis em Cuba, voltados para alcançar os Estados Unidos, por certo que não seriam capazes de impor uma guerra vitoriosa contra a nação americana, mas criaria uma situação emocional e psicológica de alta gravidade para aquele país, com repercussões em todo o mundo.

Isso acontece no início da década de 1960 e, por conseguinte, todas as elites militares dos países das Américas e também da Europa vão

ter conhecimento dessa ocorrência, que, aliás, não foi divulgada de forma enfática, embora fosse do conhecimento da opinião pública mundial. Esse fato é grave e mostra o avanço das forças políticas da União Soviética em todo o mundo, levando mal-estar e, por certo, preocupações fortes a todos aqueles grupos sociais que, dentro das diversas nações, eram contra os avanços e a vitória da União Soviética e, logicamente, do Partido Comunista com suas ideias marxistas-leninistas, visando alterações profundas nos regimes políticos e econômicos.

Percebe-se claramente que esses fatos que aconteciam no mundo provocavam uma repercussão muito forte em diversos países, levando às elites democráticas e também aos setores militares uma preocupação intensa, bem como constituindo elemento de incentivo e fortalecimento dos grupos comunistas e de esquerda socialista, que, nos diversos países simpáticos à União Soviética, esperavam essas modificações da política internacional para implantar regimes comunistas em todo o mundo ocidental. O Brasil não ficaria fora disso com a importância que possui, em especial, estrategicamente falando, nas Américas. Os Estados Unidos, por meio de seus líderes e seus dirigentes, como também os dirigentes da Inglaterra e os democratas da França e da própria Alemanha olhavam com muita preocupação o que estava se desenvolvendo no Brasil, pois que a alteração do regime político entre nós e a tomada do poder por parte das esquerdas e dos comunistas iria fazer com que a União Soviética passasse a possuir, nas Américas, um local, um ponto, uma área de vigorosa presença para o domínio das esquerdas radicais em todo o planeta.

As lideranças políticas brasileiras imediatamente entenderam o perigo do conflito internacional e pode-se verificar que todos os partidos de tendências democráticas, mesmo antagonicos entre si, uniram-se no combate ao comunismo e às forças esquerdistas que

tentavam se apoderar do comando de países como o Brasil. Aliás, entre nós é fácil levantar, através de noticiário jornalístico da época, os dados indiscutíveis que se tem em mãos, de que, logo após a vitória do presidencialismo no plebiscito de 1963, o presidente João Goulart passa a ter mais força por ser um chefe de uma nação de regime parlamentarista que passou para presidencialista, tendo um presidente com poderes significativos dentro do sistema de governo. É lógico que as forças de esquerdas radicais que rodeavam o presidente João Goulart, sobretudo o seu cunhado Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, traziam para o quadro nacional uma evidente demonstração de que o Brasil não possuía uma estabilidade capaz para enfrentar as ofensivas esquerdistas ligadas à União Soviética. É dessa época também a movimentação que faz, na América do Sul, o líder Che Guevara, vinculado a Fidel Castro que, em Cuba, dominava com uma estrutura marxista-leninista. Fidel conseguira, graças aos mísseis no seu país, que punha em risco os Estados Unidos, uma situação política que lhe deu plenas garantias contra qualquer espécie de invasão americana em decorrência do acordo internacional de Khrushchev com o presidente americano no tocante à saída dos mísseis daquele país.

61

O Brasil, portanto, estava sob um cenário que compreendia naturais conflitos entre as esquerdas e os grupos democratas e inclusive as forças mais da direita. O ano de 1963 e o princípio de 1964 apontam uma série de ocorrências históricas em que, logicamente, grupos esquerdistas mais radicais, que rodeavam o presidente Jango, preparavam um confronto de modo a implantar entre nós um regime semelhante ao de Cuba. É dentro desse contexto que surge, em várias partes do país, uma reação muito efetiva contra o governo, vendo nele a expressão internacional do Partido Comunista e da União Soviética sob as influências poderosas de Nikita Khrushchev e, posteriormente, de seus sucessores. Em muitas partes do país ocorreram movimentos em protesto contra a União Soviética e contra

o comunismo, sendo de se destacar os fatos desenvolvidos em Minas Gerais e outros em São Paulo, com movimentos populares e da imprensa, além de grupos sociais anticomunistas. Em Minas, todavia, o governador estava bem consciente da problemática internacional e fora procurado por lideranças de toda parte, inclusive por ministros do Supremo Tribunal Federal, senadores e deputados, pois havia ali um ambiente estruturado para uma reação eficiente contra qualquer tentativa revolucionária. Magalhães Pinto, ao contrário de Ademar de Barros, tinha uma posição firme contra os grupos de esquerda e contra qualquer tentativa de introduzir técnicas ditatoriais entre nós, como a proposta que houve do Estado de Sítio, contra o qual o governante mineiro claramente se opôs. Ademar de Barros acompanhava, cheio de dúvidas, os acontecimentos, embora, em seu estado, lideranças poderosas se articulavam contra as forças esquerdizantes e comunistas.

62

A polícia militar mineira, comandada pelo coronel José Geraldo de Oliveira, homem de formação política consciente no tocante aos riscos do Partido Comunista entre nós e do domínio das esquerdas no Brasil, começou a se preparar de forma bem organizada para promover uma reação militar contra qualquer tentativa de golpe esquerdizante, pois as forças do exército no território mineiro eram precárias e fracas. Havia um contingente pequeno de soldados em Belo Horizonte, outro grupo menos expressivo em Juiz de Fora, onde se localizava a sede da Região Militar do Exército e em algumas outras cidades do estado, também sem efetivos. Na realidade, eram todos os do exército em Minas uma camada de jovens que tinham prestado serviço militar, sem nenhuma convivência com atividades bélicas. Já a polícia militar mineira, ao contrário dos poucos soldados do exército em Minas Gerais, possuía cerca de vinte mil indivíduos bem preparados para qualquer espécie de embate, dadas suas experiências e sua tradição de lutas. E à frente da polícia militar mineira, antiga Força Pública do estado, estava um comando ativo

com seu Estado-Maior dirigido pelo Coronel Barçante, outra figura atenta às questões da época e pronto para coordenar a execução do planejamento de toda a ação da polícia militar articulada, inclusive com forças civis que se espalhavam pelo estado para reagir contra qualquer tentativa de golpe esquerdizante.

É curioso lembrar que, nessa época, as associações rurais, dirigidas pela Federação das Associações Rurais, tinham à sua frente um valoroso líder, Josaphá Macedo, que se articulou bem com a polícia mineira e, por meio daquela entidade organizou, pelo estado inteiro, grupos de voluntários para apoiar a polícia num combate em defesa da democracia, caso aquele viesse a ocorrer em nosso território. Aliás, a polícia militar de Minas cuidou de fazer um posto avançado no litoral do Espírito Santo que, oficialmente, era uma área de lazer e de férias dos policiais mineiros, mas que, na prática, poderia se transformar num ponto de ação e de contato com o exterior por meio do litoral capixaba, dentro de uma concepção mais extensa, de uma revolução comunista no Brasil.

63

Era este o quadro que estava se desenhando no nosso país desde 1961, quando foi criada a CGT, com lideranças sindicais que começam a provocar movimentos grevistas. Em 1962 é fundada a Frente de Libertação Nacional por Leonel Brizola, na qual ficam claras suas finalidades realmente subversivas ao estruturar o chamado Grupo dos Onze, o G11, com objetivo na atuação revolucionária em favor das ideias marxistas. De fato, a marca inicial dos movimentos políticos que iriam incrementar a ação esquerdizante do governo Goulart deveria ocorrer logo após a realização do plebiscito em 1963, havendo, antes, uma extensa greve da CGT, em outubro de 1962. O plebiscito deu ampla vitória, como falamos acima, ao presidencialismo e esse fato, ocorrido em 6 de janeiro de 1963, resultou no fortalecimento de Jango e todo o grupo que o rodeava explorando maquiavelmente o fato.

É interessante verificar que, a partir daí, vários movimentos começam a surgir, inclusive o vultoso congresso em Niterói, em 30 de março, de pleno apoio a Cuba mediante manifestações generalizadas naquela época. Também é de se levar em conta que, em maio de 1963, mais de mil suboficiais e sargentos se reúnem no antigo IAPC do Rio de Janeiro e novamente fazem ameaças contra a ordem pública, exigindo a chamada execução das reformas de base. Foi em 4 de outubro de 1963 que Goulart enviou mensagem ao Congresso Nacional solicitando a decretação do Estado de Sítio, o que não contou com o apoio da maioria parlamentar, demonstrada a sua vocação, indiscutivelmente, de fortalecimento arbitrário do seu poder para agir em todo o país. É nessa mesma época que o desdobramento do Grupo dos Onze, G11, criado por Brizola, começa a agitar diversos setores sociais com suas ideias esquerdistas.

64 Passam-se os primeiros meses de 1964 e é anunciado, pelas lideranças das esquerdas, para o dia 13 de março de 1964, um grande movimento sob o Comando Geral dos Trabalhadores para despertar o país em favor das ideias socialistas. De fato, nessa data, com a presença do Presidente da República e sua esposa, ocorre, na Praça da República, no Rio de Janeiro, enorme concentração do povo, inclusive de setores militares a favor das ideias revolucionárias de João Goulart e de Leonel Brizola. Isso ocorreu em termos muito enfáticos ao ponto de levar ao país a certeza de que havia a preparação de um golpe de esquerda em favor das ideias comunistas.

Cumprе lembrar que vários fatos anteriormente já demonstravam essa tendência por parte das lideranças que apoiavam João Goulart. No dia 25 de março foram contidos os marinheiros de uma assembleia, realizada no Sindicato dos Militares Unidos, de mais de 2000 militares de baixa patente. Verifica-se que tudo isso ocorre dentro de um ambiente de instabilidade política nacional e, por toda a parte, corria a notícia de que o Presidente da República, por meio

do general Assis Brasil, dispunha de um dispositivo militar de largo alcance e de amplo poder para mantê-lo no governo em face de qualquer agitação que contra ele se levantasse. Em 30 de março, véspera da queda do governo João Goulart, no Rio, uma reunião de sargentos das três forças, da polícia militar e do corpo de bombeiros, realizada no Automóvel Clube com a presença do Presidente da República, acompanhado do general Assis Brasil, se manifestaram em favor de medidas arbitrárias, o que foi focalizado pelos meios televisionados.

Estava, assim, tudo pronto para se implantar no país uma tentativa de fortalecimento do Presidente da República em termos praticamente ditatoriais para estabelecer um governo, segundo as determinações do grupo radical, que reunia elementos não só da CGT como também do antigo Partido Comunista e de outros setores de atuação revolucionária. Esse ambiente é que, de fato, provocará não só em Minas Gerais como também em diversas partes do país, principalmente em São Paulo, generalizadas demonstrações de reação às tendências do governo para implantação do regime neocomunista no Brasil. Cumpre, porém, frisar que tudo estava ocorrendo em nosso país dentro de uma conjuntura internacional na qual a União Soviética, por meio dos seus principais líderes como havia ocorrido com Khrushchev, assumia posição em todos os países em favor de uma plena ação política subversiva. Os Estados Unidos já se encontravam praticamente submetidos aos riscos dos mísseis em Cuba e, ainda, sabedores dos perigos de uma guerra atômica provocada por Moscou. Era esse o quadro internacional em face dos diversos eventos ocorridos no país.

Em 31 de março de 1964, como já mencionamos, tropas do exército e da polícia militar, em Juiz de Fora, sob o comando do general Olímpio Mourão, deslocam-se na direção do Rio de Janeiro para afastar do poder o presidente João Goulart, impondo, na antiga

capital da república, uma presença militar democrática para que os riscos do comunismo fossem inteiramente apagados do nosso país. Olímpio Mourão se desloca de Juiz de Fora comandando uma tropa do exército e da polícia militar e vai em direção ao Rio de Janeiro, mas, nas divisas do estado fluminense com Minas Gerais, na ponte sobre o Rio Paraíba, as tropas ficam inteiramente paralisadas. De outro lado surge o Regimento Sampaio, poderosa tropa do exército do Rio de Janeiro para enfrentar as forças mineiras, contendo não só elementos do exército como também da polícia militar. É interessante frisar que houve, num primeiro momento, uma paralisação dos dois agrupamentos à beira do Rio Paraíba na ponte que liga justamente o estado do Rio com Minas Gerais, até que alguns elementos do Regimento Sampaio aderiram às tropas de Juiz de Fora, conscientes dos riscos comunistas e, ainda, sabedores de que as forças contrárias estavam não só preparadas como também tinham ainda planejado, sob o risco do conflito, dinamitar aquela ponte, caso o Regimento tentasse atravessar as divisas dos dois estados.

Curioso que a arrancada dos mineiros provocou, de certa forma, a simpatia dos militares de modo geral e, na realidade, alguns sargentos do Regimento Sampaio atravessaram a ponte e deram apoio às forças do general Olímpio Mourão. Isso fez com que, aos poucos, toda a tropa do exército viesse se juntar às forças deslocadas de Juiz de Fora, praticamente ficando unidas na disposição de avançar sobre o Rio de Janeiro e obrigar o afastamento de João Goulart do poder. Isso ocorreu no dia 31 de março, quando chegam ao Rio de Janeiro, sob o comando do general Olímpio Mourão, as forças que saíram do interior de Minas Gerais em defesa da democracia e contra o risco da implantação do regime comunista entre nós.

Vitorioso, o movimento revolucionário contra João Goulart, este, logo após esse evento, afasta-se do poder em Brasília, segue para o Rio Grande do Sul e, na realidade, renuncia ao poder, deslocando-se

para o Uruguai. Desta forma, nova fase se inicia na história do Brasil. O general Costa e Silva, considerando-se o militar mais idoso do Rio de Janeiro, assume o comando das forças armadas juntamente com o Brigadeiro Francisco Melo e o Almirante Augusto Rademaker que, com aquele compõe uma Junta Provisória que, no dia 9 de abril, baixa o chamado Ato Institucional, considerado o nº 1, no qual as Forças Armadas declaram a tomada do poder com uma série de normas excepcionais para o início de um novo roteiro institucional para o país. O Ato Institucional suspende as garantias parlamentares de modo geral; os direitos dos magistrados, que tinham caráter vitalício, nos seus respectivos cargos, o mesmo em relação aos funcionários públicos e providencia uma série de medidas para impedir que as tentativas de esquerdas e os elementos de tendências comunistas ocupassem o poder. O mesmo Ato Institucional determina eleição indireta do sucessor de João Goulart, o que ocorre no dia 11 de abril, quando o general Humberto de Alencar Castelo Branco é escolhido como Presidente da República para terminar o mandato presidencial. Assim, o país assume um período que é chamado de Regime Militar, que será, na realidade, desdobrado em vários momentos políticos com repercussões na vida brasileira.

67

Castelo Branco, Presidente da República, organiza o ministério com figuras ilustres do país, entre os quais, Milton Campos na pasta da Justiça; Costa e Silva como ministro da Guerra, mais tarde chamado ministro do Exército; e o professor Otávio Bulhões no Ministério da Fazenda, começando uma fase econômica e financeira nova sob o apoio de áreas diversificadas dos meios internacionais, inclusive dos Estados Unidos. O governo de Castelo Branco se caracteriza por um esforço para manter um tipo de estrutura legal, voltada para o sistema democrático, todavia é um momento que, se por um lado consegue um apoio expressivo das lideranças partidárias, por outro lado assiste a articulação de grupos de esquerda radical promover o seu trabalho de combate à situação política implantada no país. O

cenário atravessará, de certa forma, momentos um tanto graves, pois que a chamada linha dura do exército passa a exigir do Presidente da República, principalmente por meio do general Costa e Silva, uma série de providências radicais contra os adversários do regime, numa busca permanente em favor da nova ordem.

Os fatos, então, tomam certo caráter de agitação política e o presidente Castelo Branco, por sua vez, submetido à tese política dos que influem no poder, considera a necessidade de extinguir os partidos políticos e propiciar a criação do chamado bipartidarismo, isto é, dois grandes partidos que deveriam existir no país para dar assim outra compreensão à vida política. Surge, articulado pelo próprio Presidente da República, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e poucos líderes políticos participam do agrupamento de oposição ao governo. A ARENA possuiu, em todo o país, uma expressiva e esmagadora maioria. Ocorre, por isto, um episódio curioso: o próprio Presidente da República, achando necessário para o cenário democrático, convoca líderes, aos quais tinha acesso, para que organizassem um partido de oposição. O general e senador Oscar Passos aceita a incumbência. É o primeiro presidente do partido de oposição então criado: o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A situação do país é, na realidade, estruturada de acordo com o Ato Complementar nº 4, que será um desdobramento do Ato Institucional nº 1 e que fixará as bases para o funcionamento dos novos órgãos partidários. Na realidade, a Arena reunia antigos adeptos da UDN, do PSD, de elementos do Partido Trabalhista Brasileiro e de outras entidades partidárias menores, enquanto que o MDB reunia elementos dessas mesmas áreas, mas em termos diminutos, com uma composição bem modesta, quer no Senado, quer na Câmara dos Deputados.

Dentro desse quadro ocorre, tempos depois, uma série de imprevistos políticos e atentados à segurança com manifestações contestatórias. O Presidente da República se vê, desse modo, na obrigação de

baixar o Ato Institucional nº 2, que contém normas mais enfáticas em favor da manutenção da ordem e determina a suspensão das eleições diretas para a presidência da república, fixando que estas aconteceriam pelo processo indireto, por maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública de votação nominal. Esse Ato Institucional nº 2 também prorroga o mandato de Castelo Branco até 1966, quando este deveria terminar em 1965, trazendo ao país uma pessimista previsão política quando Milton Campos se afasta do governo. O Ato Institucional nº 3 vai estabelecer as eleições indiretas para governadores, cassa o mandato de vários deputados e o governo revolucionário promove uma atuação radical contra as oposições contestatórias. Antes de terminar seu período, Castelo Branco convoca um Congresso Constituinte mediante o Ato Institucional nº 4, de 7/12/66, para que, até janeiro do ano seguinte, isto é, num pequeno lapso de tempo, votasse uma nova Constituição para o país, sendo esta promulgada em 24 de janeiro de 1967 e substituindo a Constituição de 1946 no que diz respeito, principalmente, aos problemas de segurança nacional. De certa forma, a Constituição de 1967 mantém a estrutura geral estabelecida no texto anterior. Porém há modificações que fortalecem o poder executivo instituindo, inclusive, a figura do decreto-lei, fixando prazos determinados para votação dos projetos encaminhados pela presidência da república, e estabelecendo a eleição indireta do presidente. O General Artur da Costa e Silva, antigo ministro da Guerra do governo de Castelo Branco, será eleito para a presidência como sucessor deste.

É interessante que o cenário político brasileiro nesta fase, sobretudo militar, já revela duas grandes tendências nos meios daqueles que compõem as forças armadas. Uma tendência que reunia os militares democratas, vinculados, sobretudo, ao general Castelo Branco e ao general Golbery Couto e Silva, que fora chefe da sua casa militar; e de outro lado o general Costa e Silva, novo Presidente da República,

com generais como Jaime Portela e outros contrários ao ideal democrático naquele momento.

O grupo militar militarista está preocupado com os problemas da segurança nacional e com as ameaças internacionais que recaíam sobre o Brasil, como o fortalecimento do Partido Comunista em todo o mundo. Não mais sobre o comando de Khrushchev, mas agora sob a liderança de Brezhnev, novo líder da União Soviética que gerencia toda a movimentação das esquerdas radicais, isto é, as comunistas em todos os países. Estas duas tendências militares democratas e militares militaristas começam a representar duas facções que, indiscutivelmente, permanecerão atuando dentro das forças armadas brasileiras, embora o grupo de maioria democrática tivesse certa predominância, o que ficou claro posteriormente.

É importante fixar bem esse instante histórico da eleição do presidente Artur da Costa e Silva, general que assumira anteriormente a direção do Movimento Revolucionário e baixara, praticamente, o Ato Institucional nº 1. Nesse instante que, aliás, se vincula à situação internacional, dois grupos dentro das forças armadas, como falamos, disputam a prioridade política. De um lado é a figura de Castelo Branco que passa a presidência para Costa e Silva, mas apoiam Castelo Branco, naquele instante, o general Golbery Couto e Silva e vários outros generais, brigadeiros e almirantes e, ao lado de Costa e Silva, entre muitos, se encontra Jayme Portella, considerado linha dura radical bem como vários brigadeiros e almirantes. Estas duas tendências contêm a disputa para as escolhas presidenciais. Depois de Costa e Silva, como vamos verificar, a Junta Militar que o sucedeu não permitiu a posse de Pedro Aleixo, seu vice-presidente. Domina as Forças Armadas o grupo militarista, que escolhe o general Emílio Médici, representando uma expressão enfática dessa tendência.

No governo Costa e Silva, vivemos, convém lembrar, uma fase em que o país se submete a sérias agitações. Na Câmara dos Deputados há uma manifestação política, partida do deputado Márcio Moreira Alves, de ataque aos militares, o que resulta em maior indignação no meio das Forças Armadas. O Presidente da República encaminha à Câmara um pedido de cassação do deputado Márcio Moreira, de acordo com a Constituição de 1967, já em vigor, pois a decisão dependia daquela Casa Legislativa. Pelo voto secreto, a Câmara dá uma demonstração de resistência ao governo militar porque não aceita o processo contra o deputado Márcio Moreira Alves. Com isso, uma crise militar inicia e o grupo chamado de militares militaristas exige do Presidente da República um posicionamento mais enérgico contra os meios políticos brasileiros. Em 13 de dezembro de 1968, é baixado o chamado Ato Institucional nº 5, que, na realidade, revoga, em grande parte, a Constituição de 1967 e dá ao Presidente da República o que esse texto constitucional não admitia, todas aquelas prerrogativas ditatoriais de cassar mandatos e promover atos políticos antidemocráticos. O AI5 marca, desta forma, outro período que é aquele, que poderíamos dizer, de maior utilização dos meios arbitrários contra o cenário político, caracterizando a prevalência de imposições ditatoriais.

Com o Ato Institucional nº 5 e suas repercussões, após algum tempo, surge logo a ideia de promover outra Constituição para o país e, dentro do governo, são travados vários debates a respeito do assunto, quando Pedro Aleixo mostra ao Presidente da República a necessidade do país implantar uma nova Constituição, visto que a ordem constitucional brasileira fora abalada com o chamado AI5. Nesse ambiente, Costa e Silva, de um lado, é pressionado pelo grupo militarista e, de outro lado, pelos grupos democráticos. Tudo isso leva o presidente a um desequilíbrio de saúde de alto risco, levando-o a um derrame cerebral. Assume a direção do país uma Junta Militar, tendo como titulares o general Lira Tavares pelo Exército; Augusto

Rademaker, pela Marinha; e Márcio de Sousa Melo, pela Aeronáutica. É indiscutivelmente um momento de vitória das forças militaristas, sobretudo pela presença de elementos da assessoria dessa Junta com claras tendências ditatoriais. Logo depois é convocada, como falamos acima, as eleições pelo processo indireto para a sucessão de Costa e Silva, que havia falecido, e é eleito Presidente da República o General Emílio Garrastazu Médici, expressão desses grupos militaristas. Teremos o período considerado como os anos de chumbo dos governos militares, o que se pode ver até mesmo em alguns documentos e publicações como o Almanaque da famosa Revista Abril.

Esta fase dá continuidade a uma série de atritos e conflitos políticos com eficientes ações contestatórias e mesmo guerrilheira por parte dos adversários dos governos militares. É sequestrado o embaixador norte-americano e se inicia uma agitação muito grande na Bahia, na qual é morto Marighella, líder radical das esquerdas. Os grupos armados passam a atuar também, pelo interior do país, sobretudo na região do Rio Araguaia, onde há um movimento expressivo de reação contestatória e com várias repercussões no país. Logo depois, outra ação revolucionária é retomada e três diplomatas ilustres são sequestrados, o embaixador da Alemanha, o da Suíça e o cônsul japonês, o que mostra, de fato, o ambiente que dominava o país. Essa situação se desenvolve dentro de um cenário de generalizados conflitos até que, no final do governo de Médici, inicia-se o processo de escolha de seu sucessor. O grupo militar democrático passa a ter uma influência maior e é eleito presidente o general Ernesto Geisel, indiscutivelmente uma personalidade que se revela preocupado com o problema político e com a volta do sistema democrático. O seu lema para a situação política, embora não seja dito oficialmente, era conhecido nos bastidores como a busca da abertura política lenta, segura e gradual em favor do regime democrático. Por certo, os chamados militares militaristas, conhecidos como a linha

dura, provocaram ocorrências radicais, procurando enfraquecer o Presidente da República. É o caso do assassinato do jornalista Vladimir Herzog dentro do quartel-general do II Exército, como também outros movimentos de insubordinação em alguns setores do país.

O Presidente procura enfrentar os protestos mediante modificações na Constituição que venham fortalecer o partido governamental, a Arena, mas a chamada linha dura, dando pleno apoio ao general Silvio Frota, Ministro do Exército que era uma das expressões militaristas do sistema, inicia uma série de atos para afastar da presidência da república o general Geisel. Antes que isso ocorresse, o presidente afasta Frota das funções de ministro do Exército, colocando em seu lugar o General Fernando Belfort Bethlem. Frota, em público, sem que houvesse qualquer censura oficial, usa as rádios e a TV para fazer acusações graves contra o governo que, segundo ele, se afastava dos objetivos básicos da Revolução de 64.

73

Em 1978, temos dois fatos de interesse político. Os sindicatos começam a se organizar em torno da figura de Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que adquiriu o apoio da maioria dos sindicalistas brasileiros. Em 1978, o presidente Geisel remete para a Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda Constitucional que seria a concretização do esforço em favor da abertura política porque, através desse dispositivo constitucional, são revogadas as normas contidas nos Atos Institucionais que davam ao país um caráter de governo de exceção. A partir de 1978, por conseguinte, com essa Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso Brasileiro, o país passa a assistir uma nova fase, pois que o artigo 3º dessa Proposta Constitucional contém o dispositivo democratizador, que diz: "são revogados os Atos Institucionais e complementares no que contrariam essa Constituição, ressalvados os efeitos dos atos

praticados com base neles, os quais serão excluídos da apreciação judicial". (BRASIL,1978). Quer dizer, com esse documento o país recupera praticamente as suas normas democráticas e as garantias constitucionais. O Presidente da República eleito em seguida, General João Batista de Figueiredo, fica sem as prerrogativas de baixar atos institucionais, de baixar atos complementares. É um novo período que se inicia até o fim do governo deste Presidente militar.

Cumprido destacar que a Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, não só revoga o AI 5 e restaura o *habeas corpus*, como também determina que o Executivo, o Presidente da República, não pode mais colocar o Congresso em recesso, nem cassar mandatos, nem privar o cidadão dos seus direitos políticos e acaba também com a censura prévia à imprensa. Ficou restabelecido o regime democrático que dá ao Presidente da República um mandato de seis anos para que possa restabelecer a ordem constitucional em todo o país.

Logo depois o presidente Figueiredo, em 1979, sanciona a Lei da Anistia em favor dos acusados ou condenados por crimes políticos. Centenas de exilados voltam ao Brasil, entre eles Leonel Brizola, e é restabelecido o pluripartidarismo, que permite que os partidos reapareçam por iniciativas populares, sendo que há também a transformação da Arena em PDS, Partido Democrático Social e o MDB, passa a ser o PMDB. Aparece também o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Democrático Trabalhista, de Leonel Brizola, garantidas as eleições diretas para governador a partir de 1982.

Em 1981 os grupos militares militaristas, procurando enfraquecer o presidente Figueiredo, promovem o atentado do Rio-Centro, que nada mais era do que uma tentativa de provocar uma crise com repercussões perigosas através de explosões, num evento que se daria no Rio de Janeiro. Em 1983, durante o governo de Figueiredo,

começa a campanha a favor das eleições diretas, cuja emenda constitucional não foi aprovada no Congresso com o lema "Diretas Já", tendo no governador de São Paulo, André Franco Montoro, a sua principal liderança. Em 1985, dentro do processo existente, é eleito Presidente da República, pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, tendo como vice José Sarney e sendo derrotado Paulo Maluf. É curioso que, com a morte de Tancredo, que ocorre logo depois, de acordo com a Constituição deveria ocorrer uma eleição indireta para substituí-lo, o que não é feito e adotou-se uma tese constitucional, aliás, estranha. O candidato a vice de Tancredo assume a presidência da república sem que o titular presidencial tivesse assumido a direção do país. A opinião pública e as lideranças políticas aceitaram essa solução e, com isso, Sarney assume o mandato presidencial que nos levará, enfim, à convocação do Congresso Constituinte em 1987. Embora o Congresso Nacional tenha recebido a proposta de José Sarney para que houvesse o Congresso Constituinte, há, por parte dos parlamentares, senadores e deputados brasileiros, uma atitude diversificada e, ao contrário desse congresso constituinte, convocou-se a Assembleia Nacional Constituinte para votar a Constituição hoje existente no país. Há fatos estranhos nesta articulação, pois ficou claro que o PMDB e Ulisses Guimarães eram contrários à convocação da Assembleia e preferiam um Congresso limitado para modificar a Carta Magna.

No entanto, é bom lembrar que, em outubro de 1969, logo após assumir o governo, a Junta Militar outorgou ao país uma nova Constituição, a de 1969, em substituição a de 1967. Todavia, na Emenda Constitucional de 1978 há uma alteração básica no texto de 1969 e, de fato, até a Constituição de 88 o país viveu uma fase em que, não havendo atos institucionais nem os atos complementares, o regime constitucional trazia consigo aspectos democráticos, embora com algumas providências voltadas para a segurança nacional. Nesta fase, mantém-se o chamado decreto-lei que, embora dando ao

Presidente da República poderes para baixar normas legais, somente diziam respeito a matérias ligadas à segurança nacional, à tributação e aos servidores públicos, ao contrário das Medidas provisórias mais tarde fixadas pela Constituição de 88, que produzem aspectos muito mais negativos que o decreto-lei, porque extensiva a qualquer matéria. Também é de se referir que, no tocante às garantias parlamentares, após 1978, com a Emenda Constitucional nº 11, o Congresso assume as suas tradicionais competências e, sobretudo, os parlamentares, voltam a possuir todas as prerrogativas que tinham anteriormente. Também é de se registrar que aquela Emenda, como já foi dito, dá aos partidos políticos um novo panorama, mais amplo e significativo, respeitando os preceitos básicos das garantias individuais. Ainda é de se dizer que esse sistema instituído em 1978 vai perdurar até a constituição de 1988, ao longo do governo Figueiredo.

Cumpre, portanto, ao final dessas observações e desses dados históricos acima indicados, fixar alguns elementos conclusivos e relativos a essa fase dos governos militares mediante indicações básicas para a sua compreensão:

1 – 1964 é o resultado de um conflito nacional, tendo como ponto de referência, de um lado, o presidente João Goulart e uma equipe de homens de esquerda, comunistas, socialistas e revolucionários que procuravam dar ao país uma estrutura esquerdizante comandadas pelo seu cunhado Leonel Brizola com uma marcha contestatória de vinculação com a União Soviética. Por isso, politicamente, do outro lado, foram se formando grupos e entidades de resistência a essas ameaças esquerdizantes e comunistas que rodeavam o governo João Goulart. Portanto 1964, para uns, foi um golpe de Estado e, para outros, foi um antigolpe para impedir a comunização do Brasil.

2 – A situação brasileira tem vinculações que, sob certo aspecto, é o reflexo da situação internacional. A partir de 1958, na União

Soviética, Khrushchev assume uma posição de liderança hábil e inteligente e, ao seu modo, entrando em conflito com os Estados Unidos, colocou no plano internacional o presidente americano em situação inferiorizada. Em 1962 ocorre um episódio gravíssimo, que é aquele em que a União Soviética consegue levar para Cuba mísseis ofensivos para atingir os Estados Unidos sem que o governo americano e a sua contraespionagem pudessem tomar conhecimento. Essa situação nada mais é do que o resultado de uma série de conflitos na Ásia entre os Estados Unidos e os comunistas, não só da União Soviética, como também da China, que participou ativamente dessa luta. Há, assim, em 1962 um conflito internacionalmente sério. É lógico que esses fatos militares internacionais tinham reflexo em todos os países do mundo e, principalmente, no Brasil, visto que essa área da América do Sul seria fundamental para o avanço comunista.

3 – Implantou-se no Brasil, em 1964, a partir do dia 8 de abril, com o Ato Institucional nº 1, um esquema político dominado pelos militares, mas ao contrário dos outros países da América do Sul não se estruturou o esquema militar em torno de um ditador, como houve na Argentina, no Chile e em outros países. É a própria corporação militar, as Forças Armadas, que assume o poder e estabelece determinadas regras, que sempre foram obedecidas, no tocante ao comando do país. De modo que todos os presidentes militares não foram ditadores no sentido latino-americano, no sentido sul-americano. Foram colocados no poder pela corporação militar, que seguia, na realidade, um planejamento, de acordo com seus primeiros dirigentes, visando defender a democracia contra as ameaças comunistas.

4 – Dentro da corporação militar brasileira, indiscutivelmente, existiam duas tendências: uma mais enfática, mais radical, que desejava que os governos militares agissem de forma mais violenta contra os adversários, contra os comunistas. A outra, muito preocupada

com a volta do regime democrático, porém dentro de um esquema de estabilidade e de fortalecimento das instituições. Todos, porém, vivendo o drama da política e dos riscos de uma guerra atômica internacional.

5 – Houve, por parte dos militares democráticos, um esforço para obedecer determinado planejamento que estava nas ideias e na pregação de Castelo Branco, de Golbery do Couto e Silva e, logicamente, dos generais que os rodeavam e os apoiavam. Esse planejamento tinha como objetivo o restabelecimento do regime democrático e a defesa das instituições contra os comunistas. Por certo que tal planejamento foi perturbado por outro grupo militar que era militarista, que obteve apoio do presidente Costa e Silva, no início, com a influência do general Jayme Portela e outros muitos. Os excessos ditatoriais do governo Médici e a tentativa do general Frota em derrubar o presidente Geisel são exemplos de conflitos internos entre os dois grupos.

6 – É interessante verificar certa coerência em várias atitudes. Na medida em que os governos soviéticos, com Khrushchev, depois com Brezhnev e com Andropov, assumiam atitudes mais drásticas na política internacional, havia reflexos, no Brasil, por parte dos governos militares para se defenderem contra os riscos da política mundial, como também para enfrentar os seus adversários que eram alimentados pelos êxitos da política comunista mundial.

7 – É interessante verificar o governo do General Figueiredo, porque foi o último mandato do período militar. É um governo que se realizou, de fato, sem os instrumentos arbitrários e excepcionais dos atos institucionais e dos atos complementares e, por isso, enfrentou muitos problemas, que conseguiu superar. Alguns, segundo muitos indícios, do próprio grupo militar militarista, como se afirma no episódio do Riocentro. João Baptista de Oliveira Figueiredo conseguiu,

durante toda essa fase, superar esses problemas, inclusive superar a oposição militarista dentro das forças armadas, levando o país a realizar o planejamento que, juntamente com Geisel e Golbery, foi estabelecido para a volta do regime democrático.

Ocorridos todos estes fatos e terminado o governo Figueiredo, Tancredo tendo sido eleito Presidente da República com seus poderes transferidos para José Sarney dentro de um esquema constitucional de duvidosa fundamentação, percebe-se que outra etapa começa no país. E, ao que parece, as antipatias normais contra os governos de força e dos militares passam a ser exploradas pelos vitoriosos de esquerda. Há assim uma propaganda muito eficiente contra os governos militares sem que se permita fazer análise dos fatos da época, tanto no plano nacional quanto no plano internacional e, por outro lado, percebe-se também que medidas burocráticas e autocráticas, hoje utilizadas, são de forma bem semelhante a tendências totalitárias dos governos socialistas.

79

Hoje, no Brasil, o grupo dominante é formado por todos aqueles que ainda, ao tempo de sua juventude, entraram em conflito com os governos militares. Valendo-se de uma série de fatores hoje facilmente permitidos e usados, implanta-se no país toda uma orientação política que procura se firmar graças ao combate aos governos militares, visando fortalecer os atuais governantes como se fossem heróis dos novos tempos. Essa é a tese geral que prevalece entre todas as camadas dominantes e, principalmente, no comando de muitas lideranças de órgãos de comunicação. Todavia, se se fizer uma análise do que ocorreu em 1964, percebe-se que os governos militares se submeteram a certas regras corporativas e ainda a predominância dos militares democráticos como Geisel, Figueiredo, Castelo Branco e Golbery. É uma fase que tem, por certo, momentos a serem condenados, em que muitos membros das forças armadas agiram de maneira arbitrária e até criminosa, mas, dentro

do contexto internacional, encontram algumas explicações, embora não aceitáveis.

Analisado o período com a narração e observações acima, historicamente, conclui-se que ele separa duas etapas da recente história brasileira de acordo com as influências ideológicas ou diversificadas na evolução brasileira. O Brasil, desde o tempo da sua descoberta até a monarquia, viveu uma época em que as ideologias se vinculavam no apoio às ideias cristãs, de certa maneira das ideias católicas, mas com algumas minorias contrárias a esse ponto de vista, inclusive aquelas que participaram de movimentos revolucionários antes da Independência nacional. Com a república, todavia, as ideias cristãs perderam o apoio oficial que possuíam, embora seus valores continuassem presentes na vida brasileira, mas, ao lado das influências do pensamento positivista muito forte na Primeira República e também em outros momentos históricos posteriores, mesclados com as ideias liberais, sobretudo na área econômica. A democracia brasileira, com exceção da fase de Getúlio Vargas que foi plenamente ditatorial, predominou em todos os tempos, com uma influência maior em determinados momentos e menor em outros, mas submissa, como em outros países, às exigências culturais existentes.

Com o Movimento de 1964, indiscutivelmente começa entre nós um período em que há plena predominância da corporação militar, dos militares das forças armadas que, de fato, através de um processo político razoavelmente estruturado, preencheram as diversas fases. Contudo, não houve ditadores e sim o domínio da corporação castrense por meio de dirigentes indicados por um processo em que, num primeiro momento, eram escolhidos dentro das próprias forças armadas para, num segundo momento, serem homologados no Congresso parlamentar. Os membros eram eleitos pelo povo de acordo com as regras legais então existentes, sob um sistema eleitoral

cuja essência, até hoje, predomina entre nós com a chamada técnica de eleição proporcional.

Nos primeiros instantes políticos, a liderança militar contou com generalizado e pleno apoio popular, porém, aos poucos, à medida que os governos foram se desenvolvendo, as pressões contra os militares no poder assumiram proporções contestatórias, provocando reação ditatorial. Posteriormente o país submete-se à chamada marcha lenta e gradual para a democracia, que o presidente Geisel mencionava. De fato, tudo deverá se concretizar com a escolha do presidente João Batista de Figueiredo, de acordo com os textos constitucionais vigentes, sem as técnicas arbitrárias do chamado AI5. Escolhido por um processo político discutível, José Sarney assume a direção do país sem que tivesse tomado posse como Vice-Presidente da República. Começa assim outro período na história política brasileira.

É curioso verificar todo o desenvolvimento dos chamados governos militares: no princípio sob as aclamações populares que viam, na Revolução de 64, a garantia de que o país não iria cair num governo de esquerda, pregado e ostensivamente defendido pelo governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, visando para o país à implantação do regime socialista com todas as características da estrutura do governo de Cuba sob a chefia de Fidel Castro. É curioso constatar o que aconteceu ao longo desses dias no país. Na medida em que a política internacional mostrava a União Soviética, como sede do Partido Comunista mundial, fortalecida nos seus embates diplomáticos até mesmo bélicos, as esquerdas moderadas e as radicais se fortaleciam no país com movimentos políticos. Exemplo disso são os mísseis russos em Cuba, colocando em risco a tranquilidade dos Estados Unidos. Tal ocorrência incentiva os comportamentos contrários à comunização do país, porque ocorreu nas vésperas de 1964.

Na medida em que o líder comunista da União Soviética, Leonid Brezhnev, se fortalece no ambiente internacional, a campanha contra os democratas, em todo o mundo, obedece a diversas técnicas de desmoralização dos adversários do Partido Comunista, o que ocorre também no Brasil. Após aquela fase em que o povo aplaudiu os líderes militares em 64/65 contra os riscos do golpe comunista, aos poucos, entre nós, o que de certa maneira era esperado, começa a ocorrer a impopularidade dos militares, que se desgastam no poder. Em decorrência da própria estrutura, como entidades rígidas no contato e no diálogo com o povo e com certa inabilidade, os líderes castrenses promovem também atitudes pouco simpáticas ao povo, principalmente os chefes de unidades menores das forças armadas.

Por outro lado, as técnicas governamentais ditatoriais, emanadas primeiro do AI2, quando começam a se desgastar os governos militares, e depois do AI5, a fase mais deficiente dos militares no poder, fortalecerá entre nós correntes poderosas esquerdizantes. Essas correntes, por uma razão lógica, alcançam a aproximação com grupos de ideologia democrática e estrategicamente conquistam a opinião pública até a elaboração da Constituição de 1988. Desta fase em diante, nota-se, no Brasil, uma alteração de comportamento político muito profundo em setores populares e de classe média. Também nos comandos políticos há certa identificação da maioria da população, da opinião pública, com os grupos esquerdistas, vinculados ao marxismo-leninista. Quer dizer, logo depois dos governos militares, surge no Brasil uma fase política esquerdizante de cuja marca de todos os governos, sem nenhuma exceção até os dias de hoje, está sob tal influência. Após os governos militares, as esquerdas se valem da antipatia que a população adquiriu contra a corporação castrense no poder e com isso alimenta a sua força eleitoral, alcançando vitórias, com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no poder. Todavia, no final do governo de Dilma, começam, a opinião pública e a classe média, que estava inteiramente dominada pelas ideias

das esquerdas, a adquirir, pouco a pouco, esclarecimentos a respeito da situação nacional e as antigas vocações democráticas, e mesmo cristãs, do nosso povo vão ressurgir dentro de uma concepção diferente, poderíamos dizer moderna, voltada para certos preceitos de um recente liberalismo e respeito aos valores cristãos.

Hoje começamos a sentir as esquerdas no governo com uma marca muito fortalecida do pensamento sindicalista, distorcido pelo partidarismo de esquerda, que usa, às vezes, técnicas pouco aceitáveis na conduta pública.

Depois dos governos militares, vivemos um período em que as ideias esquerdizantes predominam e assim levam ao governo líderes sindicalistas de esquerda extremada. Todavia as deficiências da atuação da administração com posições às vezes sob comportamentos nefastos e criticáveis, os antigos ideais da democracia liberal e do pensamento cristão começam novamente a emergir ao lado da resistência do sindicalismo autêntico na defesa dos interesses de classe sem partidarismo político. Sente-se que, dentro em pouco, uma significativa fase provocará um período histórico que nos aproximará dos valores da democracia liberal, como também dos valores cristãos a que se vincula o povo, embora agora sob inovadoras concepções e adaptações das realidades de nossa evolução política.

Em todas essas ocorrências, observa-se que um elemento negativo está sempre influinto de maneira pouco defensável. É o sistema eleitoral que, anterior aos governos militares, continua como norma permanente, trazendo para a sistemática democrática falhas graves na eleição dos representantes do povo no Congresso Nacional.

Este quadro realmente significativo da situação brasileira mostra que outros horizontes surgirão no país, e tudo faz crer que o sentimento democrático, o sentimento cristão, o sentimento liberal e as preocupações com os problemas sociais deverão constituir dados

concretos do nosso amanhã. Toda a conjuntura que ocorreu antes de 64 e também depois de 1986 constituem indicadores que devem ser observados sob uma visão ampla das questões internacionais, visto que o Brasil estrategicamente é um país de alta relevância.

É preciso que se faça, por isso, uma análise das questões que dominaram o mundo, porque estão, de maneira muito clara, vinculadas e mesmo identificadas com os episódios ocorridos em nosso país. Os autores mais modernos sobre a matéria, e entre eles se destaca, como citamos acima, o americano de John Lewis Gaddis, revelam todo um quadro, todo um cenário em parte desconhecido da opinião pública, embora de plena ciência dos setores militares, com dados precisos sobre o que vinha ocorrendo no mundo e possíveis reflexos sobre a vida brasileira. Em 1953, dominava na União Soviética a figura de Joseph Stalin, o ditador mais violento e perseguidor de inimigos. Stalin dominou a Rússia durante anos a partir da queda de Lenin e durante a guerra mostrou-se favorável, estrategicamente, a uma aliança com os Estados Unidos e com a Inglaterra, embora, logo após o conflito, tenha ficado claro que ele levou a União Soviética e essa atitude bélica dentro de uma técnica política de fortalecimento dos comunistas. Logo após, entra aos poucos em conflito com os chamados Aliados, isto é, o grupo de vocação liberal liderado pelos Estados Unidos e a Inglaterra. O momento culminante desta inimizade com o mundo ocidental ocorre quando os Estados Unidos lança a primeira bomba atômica no Japão. Stalin constatou, naquele instante, a superioridade dos aliados comandados pelos Estados Unidos no equilíbrio internacional. Daí pra frente começa uma série de conflitos que tem momentos graves, sobretudo nas lutas ocorridas na Ásia, quando Stalin, ao lado de Mao Tsé-Tung com Ho Chi Minh, intensifica as lutas na Coreia do Sul e no Vietnã. Essa é uma fase muito perigosa, porque há um momento em que o general MacArthur, chefe das forças aliadas contra os grupos bélicos comunistas da China, da Coreia do Norte e do Vietnã, chega

ao ponto de ter que usar a bomba atômica para impedir que milhares de soldados chineses invadissem a península da Coreia, sob sérios riscos internacionais.

Após a morte de Stalin em 1953, continua a União Soviética, inicialmente comandada por Malenkov e depois de consolidado, em 1958, o poder nas mãos de Khrushchev, mantendo o mesmo ritmo de combate aos povos do Ocidente, colocando permanentemente o mundo nos riscos de uma guerra atômica. Mas, Nikita Khrushchev, após derrubar Malenkov e assumir a direção da União Soviética, cuida de ameaçar o Ocidente com armamento nuclear. A superioridade soviética sobre os Estados Unidos chegou a ser um momento muito expressivo, pois o número de mísseis era surpreendente. Todavia, o instante mais grave desse conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos se desenvolveu quando o avião U-2 americano conseguiu sobrevoar parte do solo da União Soviética, provocando enorme reação por parte dos russos. Tal fato, em 1956, levou Khrushchev, numa reunião em que compareceu Eisenhower, presidente dos Estados Unidos, a fazer uma desfeita a este com palavras duras e o primeiro mandatário norte-americano, em protesto, retirou-se do recinto.

85

Em 1960, quando os russos abateram o avião U-2 e capturaram o piloto americano e ameaçaram julgá-lo por espionagem, agravou-se muito a política internacional. Todavia, quando John Kennedy assume a presidência dos Estados Unidos, o conflito da União Soviética, comandada por Khrushchev, com os Estados Unidos aumenta e chega a um ponto perigoso em 1962, quando a União Soviética consegue instalar, em Cuba, mísseis de médio alcance em abundância para atingir os Estados Unidos. Isso se constituiu numa operação realmente secreta, que os próprios grupos de segurança norte-americanos não conseguiram descobrir. E quando Khrushchev anuncia a presença desses mísseis, o governo da América do

Norte entra em pânico, com repercussão em todo o mundo, isso em 1963. Esse mal-estar continua em 1964 até que, após uma série de fatos, Khrushchev retira os mísseis de Cuba. É, no Brasil, o início do movimento de 1964. Kennedy foi obrigado a submeter-se às exigências do governo russo, comprometendo-se a não mais atacar Cuba e depois retirar algumas áreas estratégicas da Ásia das mãos dos militares norte-americanos e que constituía riscos para a União Soviética. Esse ambiente continua até que, com a deposição de Khrushchev, assume o governo soviético uma nova figura que possuía todas as características de atuação política de Stalin, isto é, Leonid Brezhnev, que, ao contrário de Khrushchev, internamente não permitiu, na Rússia, alguma liberdade. Observa-se, desta maneira, que com essa situação em 61/62/63 e depois assumindo o governo em 1964, Leonid Brezhnev, novamente a Rússia toma o ritmo de conflitos permanentes com os Estados Unidos e com todos os países que lhe davam apoio. O grave, porém, é que esses conflitos internacionais tinham repercussão política em todos os países e logicamente no Brasil, principalmente em suas elites e nos chefes dos militares.

Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos davam demonstrações firmes e evidentes de resistência contra a União Soviética, os grupos contrários ao comunismo, os democratas, os liberais, os cristãos e os elementos da direita radical se reanimavam na luta contra o comunismo internacional. E dentro deste quadro também temos que chamar a atenção para a figura do líder cubano, do qual Fidel Castro foi companheiro, Che Guevara, que articulou, com sua presença, pressões políticas na América do Sul contra a ordem democrática brasileira. Aliás, 1964 é um momento dominante em que Brezhnev, já ocupando o governo da União Soviética, assume atitudes duras contra os Estados Unidos e procura fortalecer movimentos comunistas de todas as nações, como o Brasil. Logicamente, a classe média, os empresários brasileiros, sentindo esses riscos que estavam claros

nas manifestações governamentais e na ação política de seus líderes, trataram de se preparar para enfrentar um conflito armado no Brasil. O Movimento de 64 nada mais foi que um desdobramento, sob certo aspecto, do conflito entre as duas potências que se confrontavam no universo mundial. De um lado a União Soviética comandada por Brezhnev; de outro lado, os Estados Unidos, comandados ora pelo presidente Kennedy ora pelos seus sucessores, todos realmente preocupados com a situação, pois todos os povos corriam o risco de uma guerra atômica. Mas é curioso lembrar que, por volta de 1980, estando no poder, na União Soviética, a figura de Andropov que sucedeu a Brezhnev, houve um instante em que o mundo, por pouco, assistiu uma guerra atômica, visto que os americanos, por estarem fazendo manobras internacionais na Europa, levaram a impressão às lideranças soviéticas de que estavam preparando um golpe bélico contra a União Soviética.

Vivia assim o mundo essa fase de total intranquilidade e, sobretudo de riscos de uma guerra atômica, certamente essa situação influi no Brasil, porque, conhecedor desses fatos, o grupo militar no poder e as lideranças empresariais sabedoras disso, trataram de se defender previamente contra uma ação perigosa por parte da ação comunista nas Américas.

Tudo mostra que, aos poucos, a União Soviética foi perdendo internamente a sua vocação, visto que a chamada queda do muro de Berlim e mais tarde o governo de Gorbachev, sucessor de Andropov, muda inteiramente a orientação daquele país, possibilitando ao mundo alcançar um equilíbrio internacional que possa representar melhores dias para todos os povos e, principalmente para os ideais democráticos.

É de se constatar, desta forma, que a corporação militar no poder de 1964 a 1986, na vida brasileira, embora de forma parcial, porque

cederam significativa parcela do domínio político às lideranças civis, viveu dentro de um quadro que se submetia aos riscos internacionais, advindos do conflito da União Soviética com os Estados Unidos. É curioso que as corporações militares no poder do Brasil exibiram um comportamento totalmente diferente das ditaduras militares dos diversos países sul-americanos, porque, na realidade, o que houve entre nós foi um planejamento iniciado com Castelo Branco e depois fortalecido com Geisel e concluído por João Batista de Figueiredo, dentro de um encaminhamento sob dificuldades e crises, mas sempre com uma estratégia de busca da democracia.

Hoje o país vive uma fase em que as forças das esquerdas ainda se valem de uma campanha contra os governos militares para se fortalecerem no poder. Todavia, pouco a pouco, a opinião pública brasileira está se conscientizando da realidade democrática e recolocando o país dentro da tradição voltada para os ideais da democracia.

Ao final destas observações, é bom mencionar que, ao lado dos múltiplos depoimentos contra o Movimento de 1964, há manifestações sérias, fundamentadas, que devem ser registradas, em posição contrária, como a do professor, ex-deputado e ex-ministro Célio Borges, na Folha de São Paulo, de 25/03/2014, que sustenta que o regime não era uma ditadura, mas, sim, um sistema de plenos poderes. Também o jornalista Gilberto Paim, na publicação Carta Mensal, de fevereiro de 2010, mostra, com dados surpreendentes, a perspectiva do golpe esquerdista de Jango e Brizola, e o antigolpe, que foi o Movimento de 1964. Também, defendendo a anistia votada pelo Congresso, o professor Denis Rosenfield (O GLOBO) menciona aspectos de interesses sobre aquela fase. Tudo isso sem nos referirmos ainda à documentação sobre tal assunto de muitos jornais da época.

Não há dúvida que muitos episódios dos governos militares merecem críticas por vários abusos e excessos de poder havido em alguns setores militares, mas, por outro lado, a ação contestatória subversiva contra os ideais democráticos, praticada pelos adversários do governo da época, constitui indiscutível demonstração do plano esquerdizante que pretendia ser implantado no país.

A verdade é que 1964 necessita de análises menos apaixonadas e mais claras como importante momento de nossa história.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE ABRIL. Heranças da Repressão. São Paulo: **Revista Abril**. Disponível em: <<http://almanaque.abril.com.br/materia/herancas-da-repressao>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

BRASIL. **Anais** da Assembléia Nacional Constituinte 1987/1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/anais-da-assembleia-nacional-constituente>. Acesso em: 06 mar. 2014.

BRASIL. Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - 22 de nov. 1965. Disponível em: <[HTTP://LEGIS.SENADO.GOV.BR/LEGISLACAO/LISTAPUBLICACOES.ACTION?ID=116094](http://LEGIS.SENADO.GOV.BR/LEGISLACAO/LISTAPUBLICACOES.ACTION?ID=116094)>. Acesso em: 06 mar. 2014.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. **Diário Oficial da União**, 22 de nov. 1965. Disponível em: <<http://www>.

planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm.>. Acesso em: 6 mar. 2014.

BRASIL. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27.10.196. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 8 mar. 2014.

BRASIL. **Ato Institucional** nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=3&tipo_norma=AIT&data=19660205&link=s>. Acesso em: 08 mar. 2014.

BRASIL. Ato Institucional nº 4. Convocação do Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República. **Diário Oficial da União**, 7-12-66, p. 14.187. Ret. no **Diário Oficial da União**, 12-12-66, p. 14.323. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=4&tipo_norma=AIT&data=19661207&link=s>. Acesso em: 8 mar. 2014.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 13.12.1968. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5&tipo_norma=AIT&data=19681213&link=s>. Acesso em: 8 mar. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 18 de setembro de 1946. A Mesa da Assembléia Constituinte promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos seus arts. 218 e 36, respectivamente, e manda a todas as autoridades, às quais couber o conhecimento e a execução desses atos, que os executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como neles se contém. **Diário Oficial da União**, 19.9.1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 6 mar. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Diário Oficial da União**, 24/1/1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 8 mar. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 mar. 2014.

91

BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União**, 20.10.1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 6 mar. 2014.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978. Altera dispositivos da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, 17.10.1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm>. Acesso em: 20 mar. 2014.

GADDIS, John Lewis. **História da guerra fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 308 p.

PAIM, Gilberto. A contrarrevolução de 1964. **Carta Mensal**, n. 659. v. 55, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.portaldocomercio.org.br/media/659.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

PIGNOTTI, Dario. Morte de Jango: justiça argentina não vai perder tempo, diz procurador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 mar. 2014. Caderno Internacional. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2014/03/1430379-cabe-um-pacto-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

ROSENFELD, Denis. Anistia sim! **O Globo**, Rio de Janeiro 21 abr. 2014. Opinião. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/anistia-sim-12232464>>. Acesso em: 28 mar. 2014.